



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0009680-86.2021.6.05.8000  
**INTERESSADO** : NUP/Empresa ALBERTO  
**ASSUNTO** :

**PARECER nº 518 / 2021 - PRE/DG/ASJUR**

1. Os autos foram enviados a esta Assessoria Jurídica de licitações e Contratos e Questões Administrativas, para análise de Recurso impetrado pela empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO (doc. nº 1725385), versando, em síntese, sobre restrição imposta no certame, no que tange à qualificação técnica exigida no edital do Pregão nº 21/2021, cumprindo destacar o seguinte *excerto*:

"Todavia, foi desclassificada com o argumento de que seus atestados não atendem ao objeto ora licitado, uma vez que o referido curso a ser contratado será na modalidade online; e, os atestados apresentados pela empresa, então arrematante, e desclassificada, apontavam Atestado de Capacidade Técnica em formato presencial em Curso de Oratória.

Desta forma, cabe destacar que esta licitante encaminhou diversos atestados de capacidade técnica, originários de contratos prestados junto à administração pública, com enfoque e tema de serviços de natureza similar ou até mesmo superior, em questão de carga-horária e conteúdo programático, ou mesmo com maior quantidade de temas desenvolvidos.

Também enviou atestados de cursos desenvolvidos e realizados em formato online. De modo que atende plena e satisfatoriamente a condição técnica."

2. Em momento de contrarrazões, a COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, alegou, resumidamente, tratar-se de medida puramente protelatória o Recurso impetrado pela empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO, visto que, de fato, a Recorrente não atendeu à condição 11.1.7 do edital, afirmando, ainda, que sua classificação e habilitação ocorreu dentro dos ditames legais, devendo, deste modo, ser mantida a decisão que lhe adjudicou o objeto do certame (doc. nº 1725392).

3. O Pregoeiro se manifestou pelo não acolhimento do Recurso (doc. nº 1694875), dando destaque ao entendimento firmado por ocasião de Impugnação que versou sobre a mesma matéria. Vejamos o *excerto* abaixo:

"14. No tocante as alegações relativas à inabilitação da empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO, afirmando que o "critério adotado pelo edital, e utilizado para a desclassificação desta empresa, limita a concorrência, não privilegiando nem o menor preço ofertado, nem a boa condição técnica da equipe que realizará o serviço", foi motivo de impugnação ao edital acima referido, por empresa que pretendia participar dessa licitação, impugnação essa que foi combatida pela Administração, tendo sido mantidos todos os itens do Edital. Procedimento esse que a empresa recorrente deveria ter adotado, antes de participar do certame sem atender aos requisitos do edital no que se refere à capacitação técnica."

3.1. Nesse contexto, transcreveu parte do opinativo de nossa lavra, quando, frente à Impugnação apresentada pelo INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA, mantivemos a condição editalícia, nos moldes originais, sem admitir a necessidade de se promover qualquer alteração.

4. Com este cenário, diligenciamos, de modo preliminar, para que o Pregoeiro juntasse ao processo os documentos das empresas que foram inabilitadas (doc. nº 1730887).

5. Assim feito, a documentação foi acostada sob os docs. de nºs. 1735129 e 1735138.

É o Relatório.

6. Com efeito, a questão central do Recurso já foi enfrentada em momento de impugnação ao edital do Pregão nº 21/2021, tendo essa unidade consultiva rejeitado os argumentos da empresa INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA, que, em sua irresignação, dentre outras coisas, afirmou: " (...) o objeto do presente contrato é a prestação de serviços de fornecimento de curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD. O edital ao determinar como critério do fornecedor a apresentação de "Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD" faz entender que está sendo exigido comprovação de experiência idêntica ao objeto licitado e suas obrigações, o que é vedado em nosso ordenamento jurídico" (doc. nº 1694263)

6.1. Ainda na mesma ocasião, a empresa asseverou: "*Dessa forma, ao delimitar como critério de seleção a obrigação de comprovar experiência anterior em Curso de oratória na modalidade EAD, o Edital deixa uma condicionante restrita, que exclui do processo diversas Instituições de Ensino que tenham o condão de prestar os serviços licitados, porém que não possam comprovar experiência pretérita em UM ÚNICO curso*".

7. Pois bem. No racional desenvolvido no Parecer nº 384 (doc. nº 1696607), chamamos a atenção para a legitimidade da exigência de *expertise* das licitantes no tema Oratória, bem assim na elaboração de treinamento na modalidade EAD.

7.1. Ali, afirmamos que optou este Tribunal em avaliar a capacidade da licitante através da sua experiência na elaboração de curso EAD, especificamente na temática "oratória", entendendo que a experiência geral, em outros temas, não lhe traria o que chamamos de *segurança mínima* para uma boa contratação.

7.2. E mais, que cercou-se das cautelas necessárias para a contratação "*do curso ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD*", visando à satisfatória capacitação de seus servidores, quando restringiu a experiência das concorrentes na específica temática, tal qual visto na condição 11.1.7, "a" do edital do Pregão nº 21/2021.

8. Todavia, forçoso admitir que não percebemos que a redação da condição editalícia induziria à obrigatoriedade de, em apenas um único atestado, restar demonstrada ambas as habilidades: elaboração de curso EAD; prévio domínio/conhecimento do tema *ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO*. Vejamos o que diz o edital:

**"11.1.7. Qualificação técnica:**

**a) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de curso de oratória na modalidade EAD."**

8.1. Legítima a segurança mínima desejada por este Tribunal na delimitação da experiência das concorrentes em duas vertentes. Porém, da forma redigida no ato convocatório, estariam excluídas da disputa as empresas que, em documentos distintos, comprovassem a experiência em elaboração de curso EAD e a experiência em curso no tema específico de Oratória.

8.2. Decerto esta não seria a verdadeira e legítima intenção. A *expertise* das empresas pode ser comprovada com atestados que, juntos, evidenciem a capacidade almejada pela Administração.

8.3. A empresa pode ter ministrado curso na modalidade EAD com o tema *ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO*, e, nesta hipótese, sua experiência se comprova em um único atestado, ou pode ter ministrado curso na modalidade EAD, em qualquer temática, e curso na temática Oratória, na forma presencial, e, neste caso, sua experiência se comprova mediante mais de um atestado.

9. Conquanto nosso raciocínio na análise da Impugnação vá ao encontro do quanto afirmado acima, não atentamos, repetimos, para o fato de que, da forma descrita no edital, apenas um atestado, com a comprovação da realização dos dois eventos ao mesmo tempo, poderia ser aceito pelo Pregoeiro. Aí sim, acabou se revelando impertinente e injustificada a restrição em questão.

9.1. Cabe salientar que, como regra, os treinamentos desta Casa são contratados de forma direta, com base no artigo 25, II, c/c artigo 13, VI, da Lei nº 8.666/93, desde que atendidos os requisitos ali impostos. A ausência da prática pode ter contribuído, de forma decisiva, para que não fosse identificado, em momento prévio, a impropriedade da condição.

10. Ante todo o exposto, opinamos pelo parcial acolhimento da peça recursal (doc. nº 1725385), por entender que, de fato, o edital do Pregão nº 212021 apresentou restrição injustificada e impertinente, apresentando, assim, desconformidade com as normas que regem a matéria.

11. Considerando, entretanto, tratar-se de vício insanável, deve ser promovida a **anulação** do certame, e não a mera reforma da decisão do Pregoeiro, oportunizando-se aos concorrentes o contraditório e a defesa, nos termos previstos no artigo 49, da Lei nº 8.666/93, que reza:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa."

12. A par disso, a área demandante deverá deflagrar novo processo, desta vez com alteração na forma de aferir a capacidade das licitantes, no particular.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 06/10/2021, às 19:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1738716** e o código CRC **B41AEDCC**.